## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## PROJETO DE LEI Nº 5.207, DE 2019

DMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
EI Nº 5.207, DE 2019

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as atividades dos profissionais Tecnólogos.

Autor: Deputado ALEX SANTANA

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

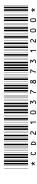
## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.207, de 2019, de autoria do Deputado Alex Santana, preocupa-se em alterar os artigos 188, 195 e 237 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre as atividades dos profissionais Tecnólogos.

De acordo com a proposta, a primeira alteração estabelece que as caldeiras serão periodicamente submetidas a inspeções de segurança, por **Tecnólogo** ou Engenheiro habilitado ou por empresa especializada que possua responsável técnico com qualificação e registro no conselho ou órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional.

A segunda alteração refere-se à caracterização e à classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério da Economia, que poderão ser realizadas através de perícia a cargo de Médicos do Trabalho, Engenheiros do Trabalho ou Tecnólogo em Segurança no Trabalho, registrados no conselho ou órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional nas respectivas áreas de atuação.

Adicionalmente, a proposição prevê que o pessoal que atua no serviço ferroviário (considerado este o de transporte em estradas de ferro abertas ao fego público, compreendendo a administração, construção, conservação e noção das nivias te férreas. Flezia seus edifícios, obras-de-arte, material rodante,



instalações complementares e acessórias, bem como o serviço de tráfego, de telegrafia, telefonia e funcionamento de todas as instalações ferroviárias) ficações de departamentos e seções, Tecnólogos ou Engenheiros, chefes de depósitos, inspetores e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras; b) pessoal que trabalhe em lugares ou trechos determinados cujas tarefas requeiram atenção constante; pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os respectivos telegrafistas; pessoal de tração, lastro e revistadores; c) das equipagens de trens em geral; d) pessoal cujo serviço é de natureza intermitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongada nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclusive os respectivos telegrafistas.

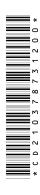
Por fim, o PL estabelece que a habilitação dos profissionais citados é prerrogativa do conselho ou órgão responsável pela fiscalização do exercício profissional, que considerará o currículo escolar e o projeto pedagógico do curso de formação profissional e o respectivo campo de atuação.

Esta proposição encontra-se sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, do RICD), sob regime ordinário de tramitação.

O Projeto de Lei nº 4.953, de 2016 foi distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, cabendo, portanto, a este Colegiado pronunciar-se sobre o mérito da referida proposição. Em seguida, caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No prazo regimental, não foram oferecidas emenda ao projeto no âmbito desta Comissão.

É o relatório.



Os Cursos Superiores de Tecnologia – CST ou Cursos de Tecnólogos são cursos de graduação profissional tecnológica de nível superior, com formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, conferindo ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas.

Os cursos de tecnologia foram criados para atender às demandas variáve do mercado, pois como a formação do profissional é mais rápida e mais dinâmica, esse formato tornou-se mais adequado para atender às mudanças mercantis, por focar em aulas práticas e laboratoriais, bem como incentivar o estágio e o aprendizado específico.

No intuito de orientar as instituições de ensino que desejavam oferecer cursos de tecnólogos, para atender às demandas do mercado de trabalho, o Ministério da Educação, em 2006, instituiu o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia - CNST.

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia consolidou-se como um guia específico e essencial para subsidiar os procedimentos regulatórios referentes aos CSTs. O documento elenca as denominações e respectivos descritores dos cursos, instituindo referencial balizador dos processos administrativos de regulação, das políticas e dos procedimentos de avaliação dos referidos cursos.

De acordo com o referencial normativo, os tecnólogos podem atuar em empresas em geral (indústria, comércio e serviços) nas áreas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assistência técnica e consultoria; em órgãos públicos; em institutos e centros de pesquisa; e em instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

A 3ª e atual edição do Catálogo, aprovada pela Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016, apresenta a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso e orienta estudantes, educadores, sistemas e redes de ensino, instituições ofertantes, entidades representativas de classe, empregadores e o público em geral acerca desses cursos.

A atualização do CNCST foi possível, a partir da participação coletiva de rofessores, especialistas e pesquisadores, entidades representativas das tituições de educação superior, entidades de representação profissional,



dentre outros, mediante consulta pública, por meio da qual foram acolhidas inúmeras sugestões. Desse trabalho resultou a revisão dos descritores dos 113700 cursos já constantes do catálogo anterior, e o acréscimo de 21 novas denominações, totalizando 134 denominações de Cursos Superiores de Tecnologia.

Do Catálogo constam vários cursos que abordam as temáticas relacionadas à segurança do trabalho. Dentre eles, figura o Curso Superior de Tecnologia em Segurança no Trabalho, com uma carga horaria mínima de 2.400 horas, que habilita o profissional concludente a: a) implantar, gerenciar e controlar os sistemas de segurança laboral; b) fiscalizar e avaliar condições de trabalho; c) coordenar equipes multidisciplinares em atividades preventivas; d) vistoriar, realizar perícia, avaliar, emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação.

Reconhecer no ordenamento legislativo o trabalho e a competência do profissional especialista em Segurança no Trabalho significam avanços na prevenção de acidentes de trabalhos no Brasil, colaborando com a redução de custos com reintegração de pessoal acidentado, com o aumento na competitividade e da empregabilidade e com a desoneração da Previdência Social.

No que tange à alteração proposta ao artigo 237 da CLT, que trata dos profissionais da área ferroviária, o Catálogo Nacional também trata da área de transportes terrestres nos Cursos Superior de Tecnologia em Logística e no de Tecnologia em Transporte Terrestre.

Cumpre salientar que o exercício ilegal de algumas dessas atividades pode acarretar riscos e prejuízos para sociedade, pois as áreas de conhecimento mencionadas demandam formação específica e aprofundada. Por esse motivo, muitos conselhos de fiscalização do exercício profissional registram os profissionais Tecnólogos, dentre os quais citamos: Conselhos Regionais de Administração (CRAs), Conselhos Regionais de Química (CRQs), Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREAs). Cada conselho possui legislação específica, que permite a regulação, o funcionamento e a fiscalização do exercício profissões, tendo como principal ponto de referência a análise do currículo

colame dot projeto pedagógico do scurso de formação do profissional.

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/cD210378731200

Importante destacar que os cursos superiores em tecnologia costumava gerar dúvidas quanto à aceitação no mercado de trabalho e à possibilidade de continuidade da carreira acadêmica. Entretanto, a realidade mudou e, no solution dos alunos mudou e distincado criou oportunidades para os profissionais deste seguimento profissionais e educacional.

As empresas e os órgãos públicos estão cada vez mais adeptos à admissão dos profissionais detentores de referido título, contratando e possibilitando o ingresso por meio de concursos, cujos editais aceitam a inscrição e participação de tecnólogos. Dessa forma, é importante manifestarmo-nos a favor das alterações propostas à CLT, de forma a permitir a ação dos tecnólogos, que têm se mostrado profissionais com reais competências e habilidades para atuar em suas atividades.

Ante o exposto, entendemos que o PL 5.207, de 2019, é indispensável à salvaguarda da sociedade e à proteção jurídica dos egressos dos cursos superiores de Tecnologia mencionados neste projeto, motivos pelos quais votamos pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

## Deputada FLÁVIA MORAIS Relatora



